



XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

Sessão Solene de Tomada de Posse do Presidente da República
REUNIÃO DE 9 DE MARÇO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[José António Ribeiro de Carvalho](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente da Assembleia da República declarou aberta a sessão às 9 horas, interrompendo-a para receber o Presidente da República eleito (António José Seguro), o Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa) e entidades convidadas.

Pelas 10 horas, deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República

eleito, o Presidente da Assembleia da República, o Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado e o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República.

Na Sala, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente do maior partido da oposição, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça interina, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes das Assembleias Legislativas e dos Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes ou Secretários-Gerais dos outros partidos com representação na Assembleia da República, os Conselheiros de Estado e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se também presentes:

Na Tribuna A, a Dr.^a Margarida Maldonado Freitas, mulher do Presidente da Assembleia da República, a Dr.^a Carla Montenegro, mulher do Primeiro-Ministro, o anterior Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, a Dr.^a Manuela Eanes, mulher do anterior Presidente da República António Ramalho Eanes, os anteriores Presidentes da Assembleia da República Assunção Esteves e João Bosco Mota Amaral, o anterior Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa;

Na Tribuna B, Sua Majestade o Rei Filipe VI de Espanha, os Presidentes da República de Angola, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, de Timor-Leste e da CPLP e de Moçambique, e respetivas comitivas, a Comissária Europeia Maria Luís Albuquerque e o Secretário de Estado da União Europeia Don Fernando Sampedro Marcos.

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, familiares e convidados do Presidente da República cessante e do Presidente da República eleito, os Presidentes do Conselho Económico e Social, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, o Governador do Banco de Portugal, os Chanceleres das Ordens Honoríficas Portuguesas, o Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente do Tribunal de Contas, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Presidente da Comissão de Liberdade Religiosa, a Presidente da Associação dos ex-Deputados à Assembleia da República, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, o Presidente da Associação «25 de Abril» e o Patriarca de Lisboa;

Na Galeria III, os candidatos não eleitos, os Secretários de Estado, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, os Deputados ao Parlamento Europeu, o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de

Informação Criminal, a Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, a Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, a Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, a Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Presidente do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Presidente da Comissão Independente de acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, a Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, o 2.º Comandante Operacional das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior Conjunto, o Comandante das Forças Terrestres, o Comandante Aéreo, o Comandante Naval, os Presidentes das Confederações Patronais, o Secretário-Geral da CGTP-IN, o Secretário-Geral da UGT e o Presidente da Associação de Deficientes das Forças Armadas;

Nas Galerias IV a VI, os Chefes de Divisão da Assembleia da República, os Adjuntos do Presidente da Assembleia da República e os demais convidados;

Na Tribuna D, representantes de órgãos da comunicação social.

Constituiu-se a Mesa, com o Presidente da República à direita e o Presidente da República eleito à esquerda do Presidente da Assembleia da República, ladeados pelos Secretários da Mesa.

Depois de o Presidente da Assembleia da República ter declarado reaberta a sessão, seguiu-se a leitura, pelo Secretário da Mesa José Carvalho, da ata da reunião da Assembleia de Apuramento Geral da Eleição do Presidente da República e, pelo Presidente da República eleito, da declaração de compromisso, prestando juramento sobre o original da Constituição da República Portuguesa, tendo-se registado aplausos.

Entretanto, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional.

Após leitura, pela Secretária da Mesa Joana Lima, do auto de posse, procederam à respetiva assinatura o Presidente da República eleito e o Presidente da Assembleia da República. De seguida, o Presidente da República ocupou o lugar à direita do Presidente da Assembleia da República e o Presidente da República cessante tomou o lugar à esquerda.

Proferiram intervenções o Presidente da Assembleia da República e, nos termos constitucionais, o Presidente da República.

Eram 11 horas e 8 minutos quando a sessão foi encerrada, tendo sido, de novo, executado o hino nacional.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, pedia uns segundos de atenção, declaro aberta a sessão de hoje, dedicada à tomada de posse do Presidente da República.

Eram 9 horas.

Como é do vosso conhecimento, a sessão vai ter de ser interrompida porque eu, os restantes membros da Mesa e os Srs. Vice-Presidentes vamos ter de proceder à receção dos nossos convidados, do Sr. Presidente eleito e do Sr. Presidente ainda em funções.

Retomaremos os nossos trabalhos às 10 horas.

Declaro interrompida a sessão.

Eram 9 horas e 1 minuto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências, declaro reaberta a sessão.

Eram 10 horas e 1 minuto.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa José Carvalho para proceder à leitura da ata da Assembleia de Apuramento Geral da eleição do Sr. Presidente da República.

Pedia silêncio, por favor.

O Sr. **Secretário** (José Carvalho): — Sr. Presidente, a ata é do seguinte teor:

«No décimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Lisboa e no Palácio Ratton, edifício do Tribunal Constitucional, pelas 9 horas, reuniu, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 105.º a 110.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, a Assembleia de Apuramento Geral — 2.º sufrágio da eleição do Presidente da República, constituída nos termos do disposto no artigo 98.º da Lei n.º 28/82, de 15 de novembro, na redação da Lei n.º 13-A/98, de 26 de fevereiro, sob a presidência do Juiz Conselheiro Presidente, José João Abrantes, estando presentes os Juizes Conselheiros da 1.ª Secção do mesmo tribunal, João Carlos Loureiro, Maria Benedita Urbano e Rui Guerra da Fonseca. Secretariou os trabalhos Maria Emília Gomes, secretária de justiça do Tribunal Constitucional, coadjuvada por Norberto Paulo Grabulho, escrivão adjunto. Assistiu igualmente aos trabalhos o ilustre mandatário do candidato António José Martins Seguro, Ex.^{mo} Sr. Dr. Luís Filipe Pereira.

A assembleia começou por analisar as atas remetidas pelas assembleias de apuramento distrital e intermédio, procedendo à verificação da correspondência, relativamente a cada assembleia de apuramento, entre o número de votantes e o número de votos em branco, nulos e validamente expressos nos diferentes candidatos apresentados a sufrágio, cujos resultados validou, sem prejuízo das discrepâncias que a seguir se mencionam:

Relativamente ao apuramento dos distritos de Beja e Évora, foram registadas discrepâncias no número total de votos de ambos os candidatos, tendo sido dada nota das mesmas à CNE (Comissão Nacional de Eleições) e à SGMAI (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna);

No que toca ao apuramento do distrito de Lisboa, foi registada a discrepância no número total de inscritos, dela tendo sido dada nota à CNE e à SGMAI, aliás, à semelhança do que já sucedera no primeiro sufrágio (o número total nacional de eleitores inscritos resultantes das atas continua a estar em desconformidade com aquilo que consta do sítio da SGMAI);

No que respeita ao distrito de Santarém, não foi aberto e conseqüentemente não foi contabilizado um voto antecipado vindo do estrangeiro (da Embaixada Portuguesa em São Tomé e Príncipe), dado que a assembleia de apuramento geral não tem competência para o efeito e tal constituiria uma violação do princípio constitucional do segredo de voto;

Também se registaram dois erros materiais, um relativo ao Consulado de Barcelona e outro ao Consulado de Nairobi, tendo ambos sido objeto da devida retificação.

Seguidamente, nos termos do artigo 112.º-A, a assembleia verificou a repetição da votação na(s) seguinte(s) assembleia(s) ou secção(ões) de voto, cujo resultado completou o respetivo apuramento distrital:

No distrito de Leiria, município de Leiria, freguesia de Bidoeira de Cima, mesas 1 e 2;

No distrito de Lisboa, município de Arruda dos Vinhos, freguesia de Arranhó, mesas 1 e 2; freguesia de Arruda dos Vinhos, mesas 1 a 8; freguesia de Cardosas, mesa 1; freguesia de S. Tiago dos Velhos, mesa 1;

No distrito de Santarém, município do Cartaxo, freguesia de Valada, mesas 1 a 3; município da Golegã, freguesia de Azinhaga, mesas 1 e 2; município da Golegã, freguesia de Pombalinho, mesa 1; município de Rio Maior, freguesia de Alcobertas, mesas 1 a 4; município de Rio Maior, freguesia de Rio Maior, mesa 11; município de Salvaterra de Magos, freguesia de Salvaterra de Magos, mesas 1 a 6; município de Santarém, freguesia de São Vicente do Paul, mesa 3; município de Santarém, união de freguesias da cidade de Santarém, mesa 13;

No distrito de Setúbal, município de Alcácer do Sal, freguesia de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo), mesas 1 a 7; freguesia de Alcácer do Sal (Santiago), mesas 1 a 6; freguesia da Comporta, mesas 1 e 2; freguesia de Santa Susana, mesas 1 e 2; freguesia de São Martinho, mesa 1; freguesia de Torrão, mesas 1 a 3.

O apuramento distrital e intermédio tido, assim, em conta para efeitos do apuramento geral foi o seguinte:

1) Distrito de Aveiro

Inscritos — 642 539

Branco — 13 090

Nulos — 5966

António José Martins Seguro — 242 614

André Claro Amaral Ventura — 116 887

Votantes — 378 557 (58,92 %)

Abstenção — 263 982 (41,08 %)

2) Distrito de Beja

Inscritos — 117 311

Branco — 1797

Nulos — 1108

António José Martins Seguro — 39 338

André Claro Amaral Ventura — 23 695

Votantes — 65 938 (56,21 %)

Abstenção — 51 373 votos (43,79 %)

3) Distrito de Braga

Inscritos — 783 840

Branco — 19 510

Nulos — 7536

António José Martins Seguro — 318 152

André Claro Amaral Ventura — 156 454

Votantes — 501 652 (64 %)

Abstenção — 282 188 (36 %)

4) Distrito de Bragança

Inscritos — 132 547

Branco — 1604

Nulos — 1109

António José Martins Seguro — 36 235

André Claro Amaral Ventura — 23 315

Votantes — 62 263 (46,97 %)

Abstenção — 70 284 (53,03 %)

5) Distrito de Castelo Branco

Inscritos — 162 239

Branco — 2258

Nulos — 1686

António José Martins Seguro — 64 142
André Claro Amaral Ventura — 29 351
Votantes — 97 437 (60,06 %)
Abstenção — 64 802 (39,94 %)

6) Distrito de Coimbra

Inscritos — 370 244
Branco — 6911
Nulos — 3229
António José Martins Seguro — 146 849
André Claro Amaral Ventura — 56 629
Votantes — 213 618 (57,70 %)
Abstenção — 156 626 (42,30 %)

7) Distrito de Évora

Inscritos — 132 428
Branco — 2450
Nulos — 1293
António José Martins Seguro — 48 213
André Claro Amaral Ventura — 25 159
Votantes — 77 115 votos (58,23 %)
Abstenção — 55 313 (41,77 %)

8) Distrito de Faro

Inscritos — 384 864
Branco — 6083
Nulos — 3140
António José Martins Seguro — 114 753
André Claro Amaral Ventura — 86 955
Votantes — 210 931 (54,81 %)
Abstenção — 173 933 (45,19 %)

9) Distrito da Guarda

Inscritos — 138 537
Branco — 1876
Nulos — 1447
António José Martins Seguro — 47 642
André Claro Amaral Ventura — 24 709
Votantes — 75 674 (54,62 %)
Abstenção — 62 863 (45,38 %)

10) Distrito de Leiria

Inscritos — 412 472
Branco — 8670
Nulos — 4714
António José Martins Seguro — 145 331
André Claro Amaral Ventura — 72 055
Votantes — 230 770 (55,95 %)
Abstenção — 181 702 (44,05 %)

11) Distrito de Lisboa

Inscritos — 1 920 877

Branços — 40 829
Nulos — 24 678
António José Martins Seguro — 769 902
André Claro Amaral Ventura — 321 569...»

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Pedia um bocadinho mais de silêncio, porque este é um momento de transparência da nossa democracia. Embora possa parecer um tanto fastidioso, é importante porque dá exatamente a expressão verdadeira, transparente e clara, a todas as pessoas, daquilo que foi o apuramento do ato eleitoral. Pedia atenção.

O Sr. **Secretário** (José Carvalho): — «Votantes — 1 156 978 (60,23 %)
Abstenção — 763 899 (39,77 %)

12) Distrito de Portalegre
Inscritos — 92 357
Branços — 1442
Nulos — 877
António José Martins Seguro — 30 067
André Claro Amaral Ventura — 20 694
Votantes — 53 080 (57,47 %)
Abstenção — 39 277 (42,53 %)

13) Distrito do Porto
Inscritos — 1 591 068
Branços — 32 855
Nulos — 17 403
António José Martins Seguro — 657 271
André Claro Amaral Ventura — 280 293
Votantes — 987 822 (62,09 %)
Abstenção — 603 246 (37,91 %)

14) Distrito de Santarém
Inscritos — 378 035
Branços — 7424
Nulos — 4165
António José Martins Seguro — 127 290
André Claro Amaral Ventura — 81 112
Votantes — 219 991 (58,19 %)
Abstenção — 158 044 (41,81 %)

15) Distrito de Setúbal
Inscritos — 755 843
Branços — 11 412
Nulos — 7484
António José Martins Seguro — 281 079
André Claro Amaral Ventura — 143 121
Votantes — 443 096 (58,62 %)
Abstenção — 312 747 (41,38 %)

16) Distrito de Viana do Castelo

Inscritos — 232 383
Branços — 4519
Nulos — 2121
António José Martins Seguro — 78 279
André Claro Amaral Ventura — 42 763
Votantes — 127 682 (54,94 %)
Abstenção — 104 701 (45,06 %)

17) Distrito de Vila Real

Inscritos — 206 329
Branços — 2832
Nulos — 1791
António José Martins Seguro — 61 873
André Claro Amaral Ventura — 35 594
Votantes — 102 090 (49,48 %)
Abstenção — 104 239 (50,52 %)

18) Distrito de Viseu

Inscritos — 333 963
Branços — 5561
Nulos — 3090
António José Martins Seguro — 114 867
André Claro Amaral Ventura — 64 451
Votantes — 187 969 (56,28 %)
Abstenção — 145 994 (43,72 %)

19) Região Autónoma da Madeira

Inscritos — 255 653
Branços — 1606
Nulos — 3770
António José Martins Seguro — 76 402
André Claro Amaral Ventura — 59 630
Votantes — 141 408 (55,31 %)
Abstenção — 114 245 (44,69 %)

20) Região Autónoma dos Açores

Inscritos — 230 538
Branços — 3272
Nulos — 1160
António José Martins Seguro — 60 918
André Claro Amaral Ventura — 30 765
Votantes — 96 115 (41,69 %)
Abstenção — 134 423 (58,31 %)

21) Residentes no estrangeiro

Inscritos — 1 751 756
Branços — 1071
Nulos — 575
António José Martins Seguro — 41 396
André Claro Amaral Ventura — 42 749
Votantes — 85 791 (4,90 %)
Abstenção — 1 665 965 (95,10 %).

Tendo-se procedido, seguidamente, ao apuramento geral em conformidade com o preceituado nos artigos 107.º e 108.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, foram verificados os seguintes resultados:

Inscritos — 11 025 823

Branco — 177 072

Nulos — 98 342

António José Martins Seguro — 3 502 613 (66,84 %)

André Claro Amaral Ventura — 1 737 950 (33,16 %)

Votos validamente expressos — 5 240 563

Votantes — 5 515 977 (50,03 %)

Abstenção — 5 509 846 (49,97 %).

No decurso dos trabalhos não se registaram quaisquer ocorrências, nem foram apresentadas quaisquer reclamações, protestos ou contra-protestos.

Considerando que nenhuma das discrepâncias mencionadas releva para o efeito, na sala de sessões do Tribunal Constitucional, pelo seu Presidente, foram proclamados os resultados do apuramento geral e, em conformidade com eles, proclamado eleito Presidente da República para o mandato que se iniciará em nove de março próximo o cidadão António José Martins Seguro.

Para constar se lavrou esta ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os presentes.»

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Agora, o Sr. Presidente da República eleito vai prestar a sua declaração de compromisso.

Peço a todos o favor de se levantarem.

De pé, o Presidente da República eleito, perante os restantes membros da Mesa e a assistência, de pé, prestou juramento sobre o original da Constituição da República Portuguesa, lendo a fórmula constitucional, do seguinte teor: Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investido e defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.

Aplausos, de pé, do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN, do JPP e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

De seguida, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional.

Aplausos gerais.

Peço agora à Sr.ª Secretária da Mesa Joana Lima o favor de ler o auto de posse do Sr. Presidente da República.

A Sr.ª **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, o auto de posse é do seguinte teor:

«Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, perante a Assembleia da República, para o efeito reunida na Sala das Sessões do Palácio de São Bento, tomou solenemente posse o Presidente da República Portuguesa, eleito em oito de fevereiro de dois mil e vinte e seis, Dr. António José Martins Seguro.

Depois de lida a ata da Assembleia de Apuramento Geral da Eleição do Presidente da República, o Dr. António José Martins Seguro prestou juramento solene pela forma prescrita no número três do artigo centésimo vigésimo sétimo da Constituição da República Portuguesa.

Para constar, se lavrou o presente auto de posse, que vai ser assinado por Suas Excelências o Presidente da República e o Presidente da Assembleia da República.»

O Presidente da República eleito e o Presidente da Assembleia da República assinaram o auto de posse.

Em seguida, o Presidente da República, após cumprimentar o Presidente da República cessante, ocupou o lugar à direita do Presidente da Assembleia da República e o Presidente da República cessante tomou o lugar à esquerda.

Aplausos, de pé, do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da República cessante, Sua Majestade o Rei de Espanha, Sr. Presidente da República de Angola, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Presidente da República de Moçambique, Sr. Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Sr. Presidente da República de Timor-Leste, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente Aníbal Cavaco Silva, Srs. Presidentes da Assembleia da República Assunção Esteves e João Bosco Mota Amaral, Sr. Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes, autoridades civis, militares e religiosas, Sr.^{as} e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Ilustres Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Portugueses:

Compete ao Presidente da Assembleia da República, nesta cerimónia, dar a palavra ao Presidente da República que toma posse. Sou, nestas matérias, um institucionalista e, por isso mesmo, serei breve na minha intervenção, mas permitam-me duas notas.

A primeira, sobre o Presidente da República que hoje cessa funções, o Sr. Prof. Marcelo Rebelo de Sousa: diz-se, em tom de graça, que todos os portugueses têm uma fotografia com o Presidente da República.

Risos.

O mais curioso é que provavelmente é mesmo verdade.

Risos.

O que é apontado por alguns como caricatura tem, na verdade, um outro significado muito especial: é o reflexo e a consequência perfeita do tipo de relação que o Presidente Marcelo soube criar com cada um dos 10 milhões de portugueses.

Desde os seus tempos de comentador que Marcelo Rebelo de Sousa foi mais amado pelo País real do que, muitas vezes, pelo País político. E o maior elogio que se pode fazer é que Marcelo Rebelo de Sousa foi sempre igual a si próprio — Marcelo presidente foi igual a Marcelo comentador, que já por si era igual a Marcelo professor ou a Marcelo jornalista.

Passaram-se os anos, mudaram-se os Governos e as circunstâncias e Marcelo Rebelo de Sousa foi sempre Marcelo Rebelo de Sousa: de uma previsível imprevisibilidade, de uma proximidade irrepetível e de um afeto muito mais genuíno do que estamos tantas vezes dispostos a conceder — um afeto que lhe permitiu ouvir e perceber, como poucos, o País; às vezes, muitas vezes, antes mesmo de o País se perceber a si próprio.

Poucos dedicaram tanto da sua vida à causa pública e, pense-se o que se pensar, com mais críticas ou menos críticas, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa foi o Presidente de que os portugueses precisaram do primeiro ao último momento dos seus mandatos.

Penso que posso dizer, em nome desta Câmara e muito para além dela, com a emoção de uma amizade com mais de quatro décadas e com o respeito institucional de Presidente da Assembleia da República: muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos gerais, de pé.

O que me leva à segunda nota: Sr. Presidente António José Seguro, ouvimos dizer que a democracia está em crise e, no entanto, 5 519 808 cidadãos saíram de casa para votar — uma das maiores participações de sempre. É extraordinário, mais ainda se pensarmos que, no dia das eleições, o País enfrentava temporais sem precedentes e que as sondagens não abriam espaço a grandes surpresas sobre o resultado.

Num tempo em que tantas vezes colocamos tanto em causa, talvez valha a pena lembrar este número e repeti-lo em voz alta: 5 519 808; lembrar que os portugueses acreditam no nosso regime democrático, construído ao longo de 50 anos; repetir que os cidadãos confiam nesta República, que a nossa Constituição protege.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

Sr. Presidente, ouvimos dizer que o debate político está polarizado, e, no entanto, 3 505 846 pessoas — a maior votação de sempre — votaram num candidato que defendeu abertamente a necessidade de consensos e de acordos. Ouvimos dizer que o Parlamento está fragmentado e bloqueado, e, no entanto, 269 diplomas foram aprovados, na generalidade, neste Plenário, desde junho do ano passado, com temas diferentes que vão da mobilidade às finanças públicas, temas diferentes com diferentes geometrias de aprovação.

Onde ouvimos pluralização, devíamos ser capazes de ver debate; onde ouvimos fragmentação, devíamos ser capazes de ver participação; e, onde ouvimos crise, devíamos ser capazes de ver resultados.

Quando alguns insistem em subestimar as opções eleitorais dos nossos cidadãos, o que os números e os factos nos dizem é que nunca houve tantos portugueses interessados no que fazemos. Nunca houve tantos portugueses a discutir o que dizemos. Nunca houve tantos portugueses tão preparados e tão capazes de escrutinar — escrutinar também o Parlamento e o modo como, neste Plenário, cada partido, cada Deputado exerce o seu mandato.

Se olharmos para os factos, Sr. Presidente, concluímos que a democracia funciona. É verdade que a ordem internacional nos traz novas exigências, conflitos, instabilidade e incerteza. É verdade que o Parlamento, na sua diversidade, não é a causa, mas a consequência das diferenças que existem na sociedade. É verdade, mas a democracia funciona, a cidadania funciona e o Parlamento funciona.

Sr. Presidente, mais à direita ou mais à esquerda, mais ao centro ou mais pragmáticos, o que têm ainda todos estes portugueses em comum? Elegeram-nos para não deixarmos tudo na mesma.

O Sr. Presidente conhece bem este Parlamento e este Parlamento conhece-o igualmente bem. Ouvimos as suas intervenções públicas durante a campanha, ouvimos os seus apelos para consensos em áreas estratégicas. No dia em que toma posse, deixa definitivamente de representar este ou aquele eleitor, esta ou aquela linha de pensamento; passa a representar-nos a todos. Sei que o fará com a dignidade e a elevação que a função exige.

Em nome de todos, neste Parlamento, faço votos de muito sucesso para o seu mandato e reafirmo-lhe o compromisso da Assembleia com a nossa responsabilidade comum: fazer a diferença, construir permanentemente a democracia. Conte, Sr. Presidente da República, com a lealdade institucional do Parlamento, porque o País conta com as suas instituições e, como tantas vezes na nossa história, saberemos todos estar à altura dessa responsabilidade — por Portugal.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Vai agora usar da palavra o Sr. Presidente da República, António José Seguro.

O Sr. **Presidente da República** (António José Seguro): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sua Majestade, Srs. Presidentes da República, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Corpo Diplomático, Ex.^{mas} Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Dr. José Pedro Aguiar-Branco, na pessoa de V. Ex.^a, saúdo o Parlamento português e cumprimento todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados. À cortesia devida, sobreponho o meu respeito democrático pela expressão popular do povo português, aqui representada na sua pluralidade. Desejo-vos as maiores felicidades e afianço a minha cooperação institucional no respeito pela Constituição da República, sobre a qual acabei de fazer o meu juramento solene.

Assumo hoje, perante vós e perante o povo português, a honra e a responsabilidade de servir Portugal como Presidente da República.

Saúdo todos os portugueses. Fico eternamente agradecido pela confiança que depositaram em mim para vos servir como Presidente, Presidente de Portugal inteiro e Presidente de todos os portugueses que vivam em Portugal ou no estrangeiro.

Como escreveu Jorge de Sena, «Portugal é feito dos que partem e dos que ficam», sentimento que o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa tão bem interpretou quando, inovando, decidiu realizar as comemorações do Dia de Portugal em território nacional e na diáspora, prática essa que decidi continuar por partilharmos a mesma interpretação.

Sr. Professor Marcelo Rebelo de Sousa, na hora em que cessa funções como Presidente da República, quero dirigir-lhe uma palavra de gratidão pela sua dedicação a Portugal e à defesa do interesse nacional. Qualquer que seja o balanço que cada um faz dos seus mandatos, ninguém pode negar-lhe o amor a Portugal. Fica a gratidão e — julgo que também posso dizer — o afeto de um país que sentiu sempre a sua presença nos momentos mais importantes dos últimos 10 anos.

Também com estes fundamentos, decidi condecorá-lo com o grau mais alto da Ordem da Liberdade, o Grande-Colar da Ordem da Liberdade, em cerimónia a ocorrer durante o dia de hoje.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Saúdo o Sr. Prof. Aníbal Cavaco Silva, cuja presença representa um sinal vivo da continuidade institucional da nossa democracia, e o Sr. General António Ramalho Eanes, que, por razões atendíveis, não pôde associar-se a esta sessão.

Evoco, com respeito, a memória do Sr. Dr. Mário Soares e do Sr. Dr. Jorge Sampaio. Para além das diferentes leituras políticas que possam existir em relação aos meus antecessores, permanece o reconhecimento pelos serviços que prestaram a Portugal e que marcam de forma indelével a história da nossa vida democrática. O legado que nos deixam é um dos maiores ativos da nossa democracia.

O simbolismo e a relevância do papel do Presidente da República resultam, em muito, do testemunho que transmitiram e afirmam-se de modo bem evidente junto de todos os portugueses.

Cumprimento Sua Majestade o Rei Filipe VI. A sua presença honra-nos e reforça os laços de profunda amizade, proximidade e cooperação que unem Portugal e Espanha. Sei que ambos preferimos os caminhos às fronteiras, sinergias que unem territórios, aproximam pessoas e transformam a vizinhança numa relação de amizade e cooperação. A relação entre Portugal e Espanha tem demonstrado que é possível construir convergências duradouras quando prevalece a vontade de um destino partilhado — vontade que aqui renovo em nome de Portugal.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Dirijo uma calorosa saudação a Suas Excelências os Presidentes da República de Angola, Dr. João Lourenço, de São Tomé e Príncipe, Eng.º Carlos Manuel Vila Nova, de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves, de Timor-Leste, na sua dupla qualidade de Presidente da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Dr. José Ramos-Horta, e de Moçambique, Dr. Daniel Chapo, cujas presenças simbolizam a força dos laços históricos, culturais e económicos que unem os nossos povos e que reafirmam os valores da cooperação, amizade e diálogo que partilhamos.

Na sua diversidade, a comunidade lusófona demonstra que uma língua comum pode ser também a partilha de uma ambição maior, um projeto de desenvolvimento e de afirmação conjunta num mundo que precisa cada vez mais de entendimento e de paz. É com essa consciência que Portugal assume as suas responsabilidades no plano internacional, procurando que a sua presença nos principais fóruns multilaterais, designadamente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, seja sempre um espaço de escuta e de representação das aspirações que partilhamos nesta comunidade de língua portuguesa.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Uma saudação emocionada aos Capitães de Abril, homens de coragem que abriram as portas da esperança a Portugal e que devolveram a liberdade ao povo português.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, durante décadas, acreditámos que o mundo caminhava, ainda que lentamente, para uma ordem internacional mais cooperante, respeitadora da soberania dos Estados, baseada no direito e na força das instituições do multilateralismo. Com essa convicção, criámos um universo de regras, organizações e estruturas de intermediação, mecanismos de solidariedade internacional, estabilidade nas relações entre Estados, trocas comerciais e, não menos importante, uma crença: o progresso significa uma evolução permanente no caminho de um futuro mais digno para todos.

Essa convicção ajudou a construir estabilidade, criou prosperidade, deu esperança a muitos povos. Hoje, vivemos tempos de mudanças profundas e de ruturas, desmoronam-se pilares da nossa organização internacional. A força da lei foi substituída pelo poder dos mais fortes. Em demasiadas regiões do mundo, vive-se um autêntico estado de natureza, e ganha corpo a metáfora do filósofo Thomas Hobbes: «O homem é o lobo do homem.»

A guerra regressou à Europa; as cadeias económicas revelam fragilidades; a competição geopolítica intensifica-se; a paz é hoje mais frágil do que ontem; a transição energética e tecnológica transforma sociedades inteiras a uma velocidade sem precedentes e, em alguns casos, está a ser utilizada como arma ou chantagem; as alterações climáticas impõem urgência e responsabilidade.

Nenhum país, por mais preparado que esteja, consegue enfrentar sozinho esta realidade brutal. E os países mais vulneráveis, até mesmo os mais cobiçados pelos seus recursos ou posições geoestratégicas, não têm a certeza de poder contar com a proteção da Carta das Nações Unidas e do direito internacional; na verdade, até de alianças históricas e estruturantes do Ocidente.

Esta nova realidade exige mais rigor e empenhamento de todos nós.

Simultaneamente, Portugal enfrenta desafios estruturais que se arrastam há tempo de mais: crescimento económico insuficiente, economia baseada em baixos salários, desigualdades persistentes, pobreza constante, envelhecimento demográfico, morosidade na justiça, burocracias públicas, dificuldades no acesso à saúde e à habitação, falta de mão de obra, escassez de oportunidades para os mais jovens, insegurança para os mais idosos, desconfiança nas instituições e na política — infelizmente, uma enumeração demasiado longa e pesada.

Acresce o esforço hercúleo de reconstrução e recuperação de parte significativa do território nacional devastado pelas catástrofes deste inverno, a cujas populações expresse, de novo, a minha solidariedade.

Falemos claro: nenhum destes desafios se resolve com improvisação, com metas que se esgotam no imediato e dirigidas exclusivamente para um calendário eleitoral de egoísta conveniência. A experiência do passado recente, de ciclos eleitorais de dois anos, não é desejável. Tudo farei para estancar esse frenesim eleitoral.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, dirijo-me, com respeito institucional, aos partidos políticos com representação parlamentar. Portugal precisa, neste momento da sua história, de um compromisso político claro, com contributos do maior número possível de partidos, para que seja garantida estabilidade democrática, previsibilidade nas políticas públicas, capacidade governativa e foco nas respostas urgentes e nas reformas estruturais. É urgente e vital, para o presente e para o futuro dos nossos filhos, que consigamos alcançar resultados assinaláveis. Só assim o País será viável.

É frequente, na nossa sociedade, encontrar uma desculpa para justificar um erro; façamos tudo, mesmo tudo, para que não sejamos nós a desculpa.

Findo um ciclo eleitoral de três eleições e quatro idas às urnas em apenas nove meses, abre-se um novo ciclo de três anos sem eleições nacionais. Portugal tem uma oportunidade de ouro para que os partidos políticos, o Parlamento e o Governo encontrem soluções duradouras para resolver os graves problemas que afetam a vida dos portugueses.

Não falo de unanimismos artificiais, não falo de apagar diferenças ideológicas, falo de maturidade democrática. Pretendo que se coloque o interesse nacional acima da lógica de curto prazo e de interesses eleitorais.

Este compromisso não é contra a democracia, é pela democracia. A democracia precisa de tempo para produzir resultados. O País ganha quando os partidos políticos conseguem convergir no essencial, nas prioridades e nas políticas estruturais.

Enquanto Presidente da República, tudo farei para promover o diálogo e incentivar entendimentos entre os diferentes responsáveis políticos.

Reafirmo o meu entendimento de que a rejeição da proposta de lei do Orçamento do Estado não implica automaticamente a dissolução da Assembleia da República. As legislaturas são para cumprir e todos devemos assumir essa responsabilidade, Governo e oposições.

Farei tudo o que estiver ao meu alcance para melhorar a qualidade de vida dos portugueses. Empenhar-me-ei para que se consiga garantir aos portugueses o acesso à saúde, a tempo e horas. Em breve, convidarei os partidos políticos para iniciarmos trabalhos com o propósito de dotar o País de um compromisso interpartidário para garantir o acesso à saúde e, de forma sustentada, salvaguardar a continuidade do Serviço Nacional de Saúde — um compromisso que ultrapassa ciclos governativos, com o envolvimento de todos os atores da área da saúde, com metas, políticas, medidas, orçamentos plurianuais e avaliação de resultados.

O mesmo gostaria que fosse alcançado noutras áreas essenciais, como, por exemplo, o acesso à habitação, o rejuvenescimento da nossa população, a criação de melhores oportunidades para os jovens, uma justiça mais célere, um Estado eficiente e um crescimento económico assente num modelo com melhores salários, com critérios de igualdade que ponham fim à inaceitável discriminação salarial das mulheres portuguesas.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do CH.

Dito isto, quero deixar claro que a estabilidade não é um fim em si mesma, e muito menos significa estagnação e imobilismo. A estabilidade é uma condição para a mudança, nunca uma meta.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a história recente revela que em muito pouco tempo se destrói o que foi construído em séculos; que poucos estão a demolir um marco civilizacional resultado do contributo de muitos.

Acreditámos na solidez das instituições e na resistência dos nossos sistemas de valores: um engano — num instante, esses pilares estão a ser desmoronados.

Portugal não está imune a risco igual, perturbador do nosso sistema democrático, do salutar confronto de ideias e do normal funcionamento dos contrapoderes instituídos. Em nenhuma circunstância admitirei que sejam ultrapassadas estas linhas vermelhas, que são a essência da nossa democracia.

Aplausos do PS, da IL, do L, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.

Cuidar da democracia tornou-se, nos novos tempos, uma tarefa urgente a que o Presidente da República se entregará por função e por convicção.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste contexto crítico e exigente, Portugal enfrenta desafios profundos que a nós cabe superar, que devemos enfrentar com determinação nacional, criando mais riqueza, garantindo a sustentabilidade do Estado social, combatendo desigualdades e reforçando a confiança entre os cidadãos e o Estado.

No entanto, vivemos num mundo interdependente: há outros desafios que só podem ser enfrentados em conjunto com os nossos parceiros. A segurança, a estabilidade económica, a sustentabilidade ambiental, a transição energética, a regulação das novas tecnologias e a defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos exigem cooperação internacional, exigem alianças sólidas, exigem que não desistamos do multilateralismo e da resolução pacífica dos conflitos internacionais.

Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD e da IL.

Portugal, universalista por vocação, prosseguirá todos os diálogos bilaterais e contribuirá para reforçar as organizações de que fazemos parte, nomeadamente as Nações Unidas, a NATO (North Atlantic Treaty Organization), a CPLP, a Organização de Estados Ibero-Americanos e a União Europeia.

Somos um país europeu, atlântico e lusófono. Temos uma responsabilidade acrescida no diálogo com África e com a América Latina. O Mediterrâneo e o Atlântico não são fronteiras, são espaços de cooperação.

Mas é aqui a nossa terra-mãe, Portugal, abraçada com a Europa num destino partilhado. A Europa não é apenas um espaço geográfico ou económico, é uma comunidade de valores: democracia, liberdade, dignidade

humana, primado da lei e solidariedade entre povos. Estes valores estão a ser testados como nunca, precisamos de nos preparar para os defender — ao fazê-lo, estamos a defender o nosso povo e a nossa civilização.

Portugal tem de participar no aprofundamento da construção europeia, com maior integração política, decisões mais céleres, economia mais competitiva, convergência social, crescente autonomia estratégica na defesa e na energia e com capacidade para proteger os seus cidadãos sem abdicar dos seus princípios.

A opção europeia foi uma escolha estruturante da nossa prosperidade. Quarenta anos depois, volta a ser a aposta estruturante para garantirmos a nossa defesa e a nossa segurança.

Aplausos de Deputados do PS e do L.

Portugal precisa de melhor Europa. O mundo precisa de mais Europa. A Europa é o humano que Gonçalo M. Tavares diz precisar de brilhar nas noites que estão mais escuras do que habitualmente.

Aplausos do PS, da IL, do L, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a vontade nacional é essencial para o sucesso desta estratégia. Empenhar-me-ei na mobilização dessa vontade, tendo em conta as opiniões plurais dos portugueses. Começarei hoje mesmo, escutando jovens oriundos de todas as regiões do País e da diáspora.

Serei um presidente próximo das pessoas, que escuta e compreende as suas preocupações. Atuarei sempre com respeito pela Constituição da República. Estarei atento às desigualdades e comprometido com a justiça social e a dignidade humana. Serei exigente com as instituições e com os responsáveis políticos, sempre com o intuito de melhorar a vida dos portugueses. Exercerei o cargo com equilíbrio, diálogo e cooperação leal e profícua com o Governo.

Sou livre. A minha liberdade é garantia da minha independência como Presidente da República. Tratarei todos os partidos por igual.

Sei que as minhas decisões não agradarão a todos. Uma vez apoiado por uns, outras vezes por outros, encontrarei sempre conforto na minha consciência e no meu dever para com os portugueses e para com Portugal.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como Comandante Supremo das Forças Armadas, zelarei pela legalidade, pela integridade e pela missão das nossas Forças Armadas num regime democrático. Agirei com reserva, sobriedade e sentido de Estado, vendo os nossos militares como servidores da paz, da Constituição e do povo português. Dirijo palavras de reconhecimento às nossas Forças Armadas pela sua dedicação, coragem e compromisso na defesa da liberdade, da paz e da segurança de todos nós.

Aplausos gerais.

Saúdo o poder local democrático e as autonomias regionais, que neste ano celebram 50 anos de existência — um marco incontornável na consolidação da democracia portuguesa. A criação e a afirmação das autarquias e das autonomias insulares representam um passo decisivo na aproximação das decisões políticas às populações, na valorização dos territórios e na promoção de um desenvolvimento mais participado.

Contudo, apesar deste contributo inegável, os resultados alcançados revelam que Portugal continua a apresentar desequilíbrios regionais significativos, em prejuízo de um interior abandonado e esquecido. O caminho da descentralização e da valorização dos territórios merece reflexão e decisões futuras.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sei que há muito sofrimento e desalento: o deste inverno, o do verão passado, o de sempre. Sei que há muitos portugueses indignados com tantas injustiças e com um elevado custo de vida. Muitos deixaram mesmo de acreditar.

Trago-vos uma palavra de esperança: acreditem em Portugal.

Na minha visão de Portugal, todos contam e cada um tem um papel a desempenhar. É urgente recuperarmos o sentido de comunidade e restaurar o nosso chão comum, que nos permite viver em harmonia uns com os outros, onde cada geração acrescenta qualidade de vida à geração dos seus pais.

Ao longo da nossa história, Portugal enfrentou momentos difíceis, superou crises, transformações e desafios aparentemente impossíveis. Sempre que conseguiu avançar foi porque soube unir esforços, colocar o interesse comum acima das divergências e agir com visão de longo prazo. Hoje, precisamos novamente desse espírito.

Precisamos de uma cultura política que privilegie soluções em vez de bloqueios, visão em vez de curto prazo, diálogo em vez de trincheiras; e que pense nas novas gerações quando hoje toma decisões.

Precisamos da ciência, da inovação e da cultura como motores da transformação social e da emancipação do ser humano — de todos os seres humanos.

Precisamos de ser melhores na organização do que no improvisado.

Precisamos de mobilizar o talento das nossas universidades, dos cientistas, dos criadores culturais, dos empresários, dos trabalhadores, das instituições públicas, das nossas comunidades no mundo e de todos os cidadãos que acreditam no potencial do País.

Portugal tem recursos e tem talento, mas acima de tudo tem a capacidade de definir o seu futuro. O futuro não está escrito, o futuro constrói-se com trabalho, com visão e com esperança. Como recorda Luís Vaz de Camões, as coisas árduas e lustrosas alcançam-se com trabalho e com fadiga.

Um tempo novo começa agora. Esta é a hora de abandonarmos a nostalgia ou repetição do passado e de substituí-la pela visão esperançosa de um Portugal renovado, moderno e justo.

Precisamos do melhor que há dentro de nós. Este é o momento de vencermos o medo e erguermos a esperança.

Esperança não é ingenuidade, é acreditar que temos capacidade coletiva para resolver os nossos problemas. Avancemos juntos, com coragem para mudar, sabedoria para decidir e união para vencer.

Viva Portugal!

Aplausos, de pé, do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Com a intervenção do Sr. Presidente da República, declaro encerrada a nossa sessão, sendo que vamos ouvir o hino nacional.

Eram 11 horas e 8 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou, de novo, o hino nacional, tendo a Câmara aplaudido de pé.

Aplausos gerais.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.